

Conferência de imprensa

1 – Há, exactamente, 15 dias atrás, em audição realizada em sede de Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros proferiu declarações que, por um lado, o envergonham a ele (enquanto segunda figura, na hierarquia do Governo da República) e, por outro, provocam em nós (Açorianos/as, em geral e Terceirenses, em particular) um sobressalto de indignação, suficientemente audível para o obrigar a retratar-se e a explicar ao que vem e de que lado está.

E se o Senhor Ministro deve, ainda hoje, esta explicação aos Açores, deve-a também a todo um elenco governativo que integra, o qual, liderado pelo Primeiro-Ministro, assumiu compromissos sérios e urgentes para esta região e para esta Ilha, em visita pré-eleitoral recente.

2 – As referidas declarações configuram, desde logo, um absoluto e objectivo desrespeito para com a Região Autónoma dos Açores, suas populações, órgãos de governo próprio (Governo Regional e Assembleia Legislativa) e respectivas decisões, tendo algumas delas merecido a aprovação unânime de agentes políticos, económicos e sociais regionais.

Contudo, elas acabam por revelar o que, seguramente, pretendiam esconder, ou seja, a verdadeira razão do desinteresse da administração norte-americana pela completa limpeza da imensa pegada ambiental (e ameaça à saúde pública) de que foram e continuam a ser responsáveis, na ilha Terceira.

3 – Aparentemente – e até uma prova concreta e inequívoca que tarda -, o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Governo da República estão mais preocupados em cair nas boas graças da Administração Trump, do que em defender os Açores do uso, abuso, poluição e contaminação a que uma das ilhas do nosso arquipélago tem estado sujeita, ao longo de décadas.

Aparentemente, não importa a contaminação dos recursos hídricos desta Ilha (derivada do uso de estruturas de armazenamento de combustíveis utilizadas pelo destacamento norte-americano sediado na Base das Lajes), contaminação assumida pelo próprio poluidor, desde 2008.

O que, verdadeiramente, importa é garantir que a Base das Lajes volte a assumir o estatuto de uma praça de guerra, ao serviço de interesses bélicos espúrios, muitos deles à revelia do mais elementar bom senso ou direito internacional.

4 – Para que tal seja, eventualmente, possível, o Governo da República está disponível a sucumbir a todas as exigências do Senhor Trump: nem descontaminação, nem reabilitação das zonas já identificadas como poluídas e de outras descritas como presumivelmente contaminadas, nem remoção de todas as infra-estruturas (militares ou outras) desactivadas e ainda existentes, fora do perímetro militar, ao nível do solo e subsolo da ilha Terceira, nem um plano B alternativo, capaz de transformar a referida Base numa poderosa alavanca para o desenvolvimento económico dos Açores, desde que desmilitarizada e pacificada.

5 – Portanto, em vez da palavra de ordem “Descontaminar, já!” – proposta, ainda em 2011, pelo Coordenador do Estudo do LNEC, Doutor Lobo Ferreira, sobre as áreas de captação dos furos de abastecimento do Concelho da Praia da Vitória -, o Governo da República propõe um outro caminho: “Calai-vos para todo o sempre”...em nome de “uma relação bilateral condigna”...e fiquem a saber que “os 100 milhões de euros/ano, que reivindicam para assegurar a demolição, limpeza e reconversão global das infraestruturas e passivo ambiental, resultante das infraestruturas militares, na Base das Lajes e fora dela” para o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal “valem zero”!

6 – Ao mesmo tempo, a ligeireza (“para dizer o menos”), com que o Governo Regional reagiu a estas tão graves e ofensivas afirmações, não auguram nada de bom para os Açores e para a ilha Terceira. De facto, ao aceitar o privilégio dado às prerrogativas bélicas da Base das Lajes, o Governo Regional presta um mau serviço aos/às Açorianos/as e aos/às Terceirenses, na medida em que enfraquece a posição negocial da Região, invalidando a legitimidade e a justa ambição de transformar a nossa posição geoestratégica, num motor ao serviço do desenvolvimento económico, social e científico dos Açores.

7 – Finalmente, porque o Bloco de Esquerda, tanto nos Açores, como na República, não desiste de cumprir e fazer cumprir os compromissos assumidos com o povo Açoriano, independentemente da cor política do Governo da República, “é bom que os Terceirenses percebam que a moeda de troca para se manter a ‘geringonça’ (a haver alguma) não é o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira”, ao contrário das afirmações levianas e irresponsáveis do Senhor Ventura (deputado do PSD à Assembleia da República), num evidente momento de desnorte e de vazio político.

8 – Por isso mesmo, o Bloco de Esquerda apresentou dois conjuntos de questões ao Governo da República, um dirigido ao Ministério da Defesa e outro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos quais:

- exigimos esclarecimentos acerca da postura e futuras acções do Governo da República, quanto ao cumprimento do PREIT e quanto ao processo de descontaminação dos aquíferos da Praia da Vitória;
- queremos conhecer as acções que o Governo da República empreenderá para fazer cumprir a Resolução da AR, que visa garantir o fim da poluição e a descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória;
- pretendemos ter acesso à calendarização para a implementação das medidas preconizadas no PREIT;
- queremos saber se o anterior governo PSD/CDS tinha ou não garantido o compromisso, junto dos EUA, pelo pagamento de uma compensação de 167 milhões de euros anuais, sendo que 100 milhões visam, unicamente, a Reconversão e Limpeza Ambiental (Eixo 5);
- solicitámos esclarecimentos sobre as intenções do Governo da República, quanto à sua atitude negocial para com o poluidor (EUA), nomeadamente: - se tenciona rever o montante consignado; - se estas declarações do MNE representam um recuo, face à exigência de uma

compensação que possa dar resposta à pegada ecológica que a presença militar norte-americana, na Base das Lajes, criou e deixou alastrar;

- sabendo que a Secretária Regional da Solidariedade Social, após ter reunido com o Governo da República, anunciou, em reunião de Comissão de Assuntos Sociais (do passado mês de Dezembro), que a Lei que estipula majorações, nos apoios sociais, aos/às Terceirenses, seria regulamentada, o mais tardar, em Janeiro deste ano e que, quando o fosse, teria, inclusive, efeitos retroactivos à entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2016, o Bloco de Esquerda vai questionar (ainda esta semana) o Governo sobre as razões de tão escandaloso atraso;

- o GP do BE, na Assembleia Legislativa dos Açores, em próxima reunião da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho (CAPAT), proporá o cumprimento imediato dos preceitos estipulados nas Resoluções Nº 11/2011 e Nº 20/2015 do Parlamento Regional;

9 - Finalmente, queremos afirmar sem qualquer tipo de tibieza o seguinte:

- no estrito cumprimento do Ponto 2 da Resolução da Assembleia Legislativa dos Açores nº 20/2015/A – Cumprimento da Resolução nº 11/2011/A “Acompanhamento do processo de descontaminação e reabilitação na Praia da Vitória”, da iniciativa do Bloco de Esquerda, o qual, expressamente, recomenda ao “Governo da República, como signatário da convenção internacional com os EUA que legitima e possibilita a presença do contingente militar norte-americano nas Lajes e no cumprimento do nº 6 do artigo 8º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que se corresponsabilize de forma mais activa pelo processo de descontaminação, designadamente suportando os custos do contrato de supervisão técnica existente entre a ERSARA e o LNEC”, defendemos que, em última análise, e por forma a não atrasar mais um processo de descontaminação que, neste preciso momento está parado, desconhecendo-se as próximas medidas a prosseguir pela administração dos EUA, é responsabilidade do Governo da República assegurar a continuidade do referido processo, assumindo a totalidade dos seus custos.

10 – Perdoar ou não as custas ao poluidor será uma decisão sua. Garantir a defesa e protecção do ambiente, da natureza, do território, da paisagem, dos recursos naturais e hídricos da ilha Terceira ou de qualquer outra ilha dos Açores é uma exigência nossa, ao abrigo do Estatuto Político-Administrativo da Região.

O Bloco de Esquerda não o esquece, doa a quem doer!

Angra do Heroísmo, 8 de Março de 2017